



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia**

## **AS INTERFACES DOS RESULTADOS DE PESQUISAS NA ÁREA DE SAÚDE MENTAL DE MULHERES E SEUS DETERMINANTES SOCIAIS**

**RACHEL ARAUJO DE MATOS<sup>1</sup>**

**CYNTHIA STUDART ALBUQUERQUE<sup>2</sup>**

### **RESUMO:**

O trabalho versa sobre as interfaces das pesquisas de conclusão do curso de graduação e especialização na área da saúde mental de mulheres e seus determinantes sociais em Iguatu e Aracati. Embasa-se no levantamento bibliográfico, documental e no trabalho de campo dos citados estudos. Conclui-se que são comuns os resultados das pesquisas nos dois municípios e traz a relevância e atualidade do tema.

**Palavras-chave:** "Questão social"; Divisão sexual do trabalho; Saúde mental; Mulheres

### **ABSTRACT:**

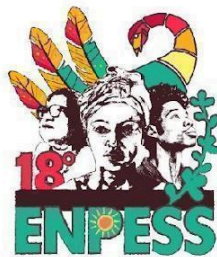
The work deals with the interfaces of undergraduate and specialization research in the area of women's mental health and its social determinants in Iguatu and Aracati. It is based on the bibliographic, documentary and fieldwork survey of the aforementioned studies. It is concluded that the results of the research are common in the two municipalities and brings the relevance and timeliness of the theme.

**Keywords:** "Social issue"; Sexual division of labor; Mental health; Women

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Ceará

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## INTRODUÇÃO

O presente manuscrito expõe reflexões acerca dos resultados comuns das pesquisas de conclusão dos cursos de graduação em Serviço Social, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), em Iguatu e de especialização na modalidade de Residência Multiprofissional em Saúde, na ênfase Saúde Mental Coletiva, na cidade de Aracati, sobre saúde mental de mulheres e seus determinantes sociais.

No Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação, buscou-se entender as relações entre o suicídio e a “questão social” na cidade de Iguatu-CE. Através da pesquisa foi possível identificar que o suicídio é um fenômeno bastante presente na realidade do município, mesmo este sendo referência nos cuidados em saúde mental, por possuir o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Norte-Nordeste do Brasil e, atualmente, conta com uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) relativamente estruturada. Nesta experiência confirmou-se a suposição inicial de que há uma produção social do suicídio determinada pelas diferentes expressões da “questão social”<sup>3</sup>. O fato de que as mulheres apresentam os maiores índices de tentativas de suicídios, sendo elas inclusive a maioria acompanhada pelo Ambulatório de Prevenção e Atenção ao Suicídio (APAS), coloca a reflexão sobre a grande carga mental associada aos papéis sociais acumulados atribuídos às mulheres como cuidado, mas na verdade trata-se de trabalho não remunerado como a educação das/os filhas/os, os cuidados da casa, da família e a preocupação com a sobrevivência destas/es. É válido destacar que são elas também que mais sofrem a violência doméstica e tantas outras. Essa é uma contextura complexa já sentida antes da pandemia da Covid-19.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS - 2020), decretou a pandemia de Covid-19, uma doença causada pelo coronavírus (Sars-Cov-2), transmitida, em maioria, por gotículas do nariz ou da boca que se espalham no ar quando alguém doente tosse ou espirra. Para além da vacina, a prevenção de maior eficácia se deu pelo isolamento social. À medida que essa estratégia, possibilitou a diminuição da propagação do vírus, de outro modo,

---

<sup>3</sup> As aspas utilizadas na expressão “questão social” têm como objetivo chamar atenção e diferenciar-se das perspectivas conservadoras sobre esse fenômeno que é próprio da sociedade burguesa, tal como indica Netto (2001, p. 5). Por “questão social”, entendemos conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

influenciou na intensificação, até então já existente, da insegurança social, da precarização no mundo do trabalho, do desemprego, de violência, inclusive a doméstica<sup>4</sup> onde o público feminino sofre os maiores rebatimentos (MATOS; ALBUQUERQUE, 2023)

Esse contexto de crise aguda e prolongada na sociedade brasileira conjugada aos problemas conjunturais vivenciados pela pandemia, possibilita apreender que o aumento dos casos de suicídio acontece concomitante à agudização da “questão social” e à deterioração das condições de vida da classe trabalhadora, sobretudo das mulheres. Algo que foi percebido de forma mais explícita, a partir da experiência vivenciada na Residência em Saúde Mental Coletiva no CAPS II de Aracati, no ano de 2020 - primeiro ano de pandemia da Covid-19.

Nessa direção, no Trabalho de Conclusão de Residência (TCR) foi feito uma análise da saúde mental das mulheres em meio ao cenário de agudização da “questão social” e da divisão sociosexual e racial do trabalho em tempos de pandemia, visto que foram elas que mais procuraram o CAPS neste período. Com a pesquisa, percebe-se a intensificação do sofrimento psíquico das mulheres, sobretudo, negras, relacionada diretamente com os impactos da precarização das condições de trabalho e de vida. Situações vividas por elas que reverberam na produção e/ou intensificação do sofrimento psíquico por meio da expressão sintomática de vários sintomas, tais como ansiedade e depressão, que contribuem para as tentativas de suicídio. Relato frequente nas entrevistas realizadas com as mulheres do CAPS II de Aracati na pandemia, seja o ato praticado pela primeira vez ou reincidência.

Com base no exposto, destaca-se a continuidade da pesquisa na temática dentro do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE) (2023-2025), em razão do amadurecimento da pesquisa, como também por perceber o quanto o objeto em estudo continua bastante presente na contemporaneidade. Realidade percebida com o seguimento da pesquisa na área e pela atual experiência como Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Alto Santo-CE onde é possível perceber o sofrimento psicossocial das mulheres dentro do cenário de divisão sociosexual e racial do trabalho conectado às expressões da “questão social”.

Desse modo, o presente texto tem como objetivo problematizar as interseções entre os resultados das pesquisas de TCC e TCR, na área de saúde mental das mulheres, refletindo sobre o amadurecimento das análises sobre esta realidade, desde a graduação. Desse modo, o trabalho

---

<sup>4</sup> Art. 5º Para os efeitos desta Lei configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (Lei Maria da Penha, LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

se estrutura em dois tópicos. O primeiro, com reflexões de cunho teórico, busca situar a discussão da temática, versa sobre as conexões entre “questão social”, divisão sociossexual e racial do trabalho e saúde mental, ao abordar a vida e saúde mental das mulheres dentro do cenário desigual, machista, patriarcal e racista da sociedade capitalista. Já o segundo, visa destacar as interfaces que se apresentaram na pesquisa da graduação em Serviço Social e na experiência como profissional na residência em Saúde Mental. Ao final, tem-se o destaque a algumas sínteses e provocações sobre a problemática em questão e os desafios atuais para a pesquisa em curso.

### **“QUESTÃO SOCIAL”, DIVISÃO SOCIOSSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO E SAÚDE MENTAL DAS MULHERES:** breves reflexões

Para compreender o sofrimento psicossocial das mulheres dentro da sociedade capitalista, se faz necessário perceber a “questão social”, que está no cerne desse regime e as configurações atuais que se apresentam e impactam na vida e saúde mental do público feminino. Nesse sentido, é importante destacar que a perpetuação do capital se forja na exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa, quando se apropria de forma privada do que é construído coletivamente, através da força de trabalho. Esse processo conjuga elementos de opressões que se somam à lógica capitalista para manter a ordem vigente, dentre eles estão o racismo e o patriarcado, que colocam as mulheres, sobretudo negras, em situações ainda mais desumanas e precarizadas. É nessa perspectiva que “a ‘questão social’ expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais (IANNI, 1992, *apud* IAMOMOTO, 2001, p. 17).”

Tendo como base que a “questão social” não se dissocia das formas que tomam o trabalho, o citado sistema se utiliza de moldes anteriores ao seu surgimento e solidificação, como a divisão sociossexual e racial do trabalho, para seguir vigorando, e faz uso da força de trabalho feminina de forma precarizada, onde coloca as mulheres sempre em cargos inferiores e com salários mais reduzidos do que os homens. É válido destacar que essa divisão do trabalho foi criada socialmente para atender as necessidades de exploração do trabalho feminino, sempre de forma subalterna e precarizada, além de serem destinadas para elas a esfera da reprodução social e não os cargos de poder, seara que se destina somente ao público masculino.

De acordo com a autora Saffioti (1987), em sua obra “O poder do macho”, a realidade citada acima tem total relação com o patriarcado, e além do fato das mulheres ocuparem os



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

espaços de menos decisão política, também ocupam os espaços de trabalhos mais precarizados, informais e sem cobertura de direitos trabalhistas. Nessa direção a escritora destaca que “trata-se de setores de atividades que os capitalistas não tiveram interesse em explorar, porque o capital busca ramos mais rentáveis na economia, as atividades que podem render mais lucros”. Dessa forma, praticamente todo o emprego doméstico é ocupado por mulheres, onde inclusive também se apresenta de forma majoritária no trabalho em domicílio, em sua maioria sem acesso à legislação trabalhista (p.49).

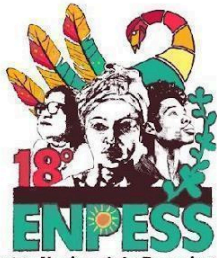
É nesse sentido que para Kergoat (2009, p.67), essa realidade é fruto da divisão sexual do trabalho. Desse modo, “as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas sobretudo, construções sociais. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo”. É nesse contexto que são designados aos homens à esfera produtiva e as mulheres, à reprodutiva, dando assim aos homens a posse em cargos e ocupações que detém um valor social superior, como por exemplo, políticos e militares. Assim:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Para Cisne (2015, *apud* ALBUQUERQUE; MATOS, 2023. p.45), a naturalização dos papéis destinados às mulheres servem aos interesses do capitalismo e ao seu projeto de alargamento dos lucros, pois, reduz os gastos da reprodução da força de trabalho, ao passo que não são consideradas trabalho as atividades de cuidado, mas um dom supostamente feminino. Desse modo, apesar da inserção das mulheres no mercado trabalhista, elas seguem com as responsabilidades no âmbito doméstico de forma não remuneradas, vivendo sob uma exorbitante jornada de trabalho, com salários reduzidos e parca proteção dos direitos referente ao trabalho.

Ainda em consonância com o supracitado, Cisne (2015, p.132) destaca que:

O incentivo à entrada da mulher no mercado de trabalho vem assim, corresponder às novas exigências advindas das transformações no mundo do trabalho. Além da docilidade e passividade historicamente aproveitadas e difundidas pelo capital, a educação destinada às mulheres com o objetivo de dar conta de várias atividades ao mesmo tempo – por exemplo, cuidar dos filhos, da cozinha e da lavagem de roupas simultaneamente – desenvolve a capacidade da polivalência, facilitando o atendimento a essa nova exigência do mercado de trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Ao trazer a realidade das mulheres negras, Nogueira e Passos (2021) destacam como a racialização das mulheres determina as ocupações e seus lugares na sociedade decorrentes da divisão sociosexual e racial do trabalho. As mulheres não brancas ocupam os espaços de trabalho sub-remunerados, mais precarizados, a exemplo do trabalho doméstico e/ou de cuidado assalariado, expressão de uma sociedade capitalista racista e patriarcal com herança colonial.

Nessa perspectiva, Ratts (2021, p.42) destaca que para a autora Nascimento (1976), a mulher negra no mercado de trabalho ocupa os papéis que lhe foram atribuídos desde à escravidão. A herança escravocrata, se apresenta hoje na vida de tantas mulheres, inclusive com a lógica patriarcal brasileira que destina a elas empregos domésticos, menores cargos em indústrias de transformação, e trabalhos precários nas zonas urbanas e rurais, muitas vezes sem remuneração. Em resumo, hoje, são essas mulheres que sustentam o sistema capitalista vigente e sentem toda a sobrecarga de carregar um regime tão desumano, racista e patriarcal nas costas.

Para a autora Passos (2023, p. 34) enfatiza que a mulher, particularmente negra, sofre rebatimentos diretos em decorrência da “violência colonial”. Assim traz que:

A universalização do ser mulher destinou atribuições, papéis e promoveu a naturalização da essencialização de determinadas características como parte dessa identidade social. Tendo o “mito do amor materno” como pilar, a reprodução social foi-lhe designada devido a uma falsa noção de fragilidade, instabilidade e incapacidade. Apesar da diferenciação hierárquica entre homens e mulheres, estruturada pelas diferenças de sexo e assentadas no patriarcado, na misoginia e no machismo, o que gerou a secundarização da experiência das mulheres, chamamos a atenção de que essa identidade não é reconhecida para as colonizadas, aquelas não brancas. Ao mesmo tempo em que é negado o lugar de mulher, há uma cobrança contraditória para a assimilação de responsabilidades, papéis e atribuições destinadas.

Esse cenário já difícil para as mulheres, se complexificou na pandemia da Covid-19. É nesse sentido que conforme a pesquisa realizada pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF, 2020), apontou que 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém na pandemia; já 41% delas seguiram trabalhando com manutenção de salários, mas relataram trabalhar ainda mais na quarentena. Para 40% das mulheres, a pandemia e o isolamento social colocaram a sustentação da sua casa em risco, situação vivida em maioria por mulheres negras e pobres. Diante desse cenário, pesquisas têm mostrado a prevalência entre as mulheres dos sintomas de estresse, ansiedade e depressão, ainda decorrentes da pandemia de Covid-19 (MATOS; ALBUQUERQUE, 2023).

Anteriormente, as manifestações emocionais femininas estavam relacionadas tanto às modificações hormonais no período pré-menstrual, do pós-parto e da menopausa, quanto às desigualdades de gênero, responsáveis por fenômenos como a sobrecarga no trabalho e a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

violência contra a mulher. Atualmente, as limitações sociais advindas da pandemia implicaram no crescimento dos índices de violência doméstica e gravidez indesejada, por conta da maior permanência do homem em casa, o que se coloca como predominante para o aumento do sofrimento psíquico nas mulheres (SOUZA; SOUZA; PRACIANO, 2020, *apud*, MATOS; ALBUQUERQUE, 2023).

Conforme o Boletim Epidemiológico de Mortalidade por Suicídio e Notificações de Lesões Autoprovocadas no Brasil (2021)<sup>5</sup>, no que concerne as notificações de violências autoprovocadas em 2019, foi possível perceber um aumento de 39,8%, se comparado ao ano anterior. É válido destacar que foram as mulheres as maiores vítimas e ocupam 71,3% do quantitativo dos registros. Ademais, são elas que apresentam também a maior prevalência de ideação e tentativas de suicídios se comparado aos homens.

Nessa perspectiva, a obra *Sobre o suicídio*, do século XIX, de Karl Marx, traz um estudo dos escritos de Jacques Peuchet, um ex-arquivista policial francês, que elaborou narrativas acerca dos suicídios ocorridos. Os inúmeros casos, chamaram a atenção de Marx (2006), o que o impulsionou a realizar uma análise mais aprofundada acerca do problema, nas particularidades do suicídio das mulheres na sociedade capitalista. Ele observou que os fatores condicionantes desses acontecimentos em mulheres, à época, diziam respeito ao machismo e ao patriarcado. Conforme o filósofo, as mulheres eram tidas como propriedade, até mesmo as burguesas, onde nesse sistema opressor, viam como a única forma de liberdade, de saída do sofrimento o autocídio, para ele esse sendo um real sintoma dessa sociedade doente (MATOS; ALBUQUERQUE, 2023).

Desse modo, percebe-se o quanto as mulheres, dentro dessa sociabilidade, que cerceia sua liberdade e seus corpos, vivem em situações de intenso sofrimento psicossocial, onde suas expressões se dão pelos altos índices de depressão, crises de ansiedade e risco de suicídio. Assim como visto, essa é uma realidade que atravessa sociedades e séculos, por isso a necessidade de colocarmos sempre em pauta essa temática.

## **As conexões da pesquisa e os caminhos para compreensão das relações entre as desigualdades de gênero e o sofrimento psicossocial**

Que um homem não te define  
Sua casa não te define

---

<sup>5</sup> O objetivo deste boletim é apresentar a situação epidemiológica da mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. (Ministério da Saúde, 2021)

Sua carne não te define  
Você é seu próprio lar...  
*Ju Strassacapa*

O trajeto percorrido na pesquisa desde a graduação em Serviço Social, possibilitou perceber que o sofrimento psicossocial se coloca como um fenômeno presente na sociedade e que as suas conexões com a “questão social” e divisão sociosexual e racial do trabalho se apresentam diariamente e reverberam na vida e saúde mental das mulheres, sobretudo negras.

Ao analisar essa realidade de forma mais sólida, no período da pesquisa feita no município de Iguatu, para o Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, no ano de 2019, através do estudo feito nos prontuários do Ambulatório de Prevenção ao Suicídio (APAS), foi possível observar que são as mulheres as mais atendidas pelo serviço com histórico de intenso sofrimento psíquico e risco de suicídio. A pesquisa foi realizada em 2019, com análise dos acompanhamentos nesse ambulatório desde o ano de sua fundação, em 2016, onde encontrou-se 37 prontuários desse período. Dentre eles, 27 são do público feminino, destas somente 4 não apresentaram ideação suicida e das que apresentaram, em sua maioria se deu seguido de planejamento e suicídio. É válido destacar que 15 delas tentaram suicídio, um número bastante expressivo e preocupante, o que denota o intenso sofrimento psíquico sentido por elas.

Na pesquisa, em contato com os dados da Vigilância Epidemiológica do Município de Iguatu, nota-se que a realidade Iguatuense dialoga com o restante do país já que são as mulheres que mais tentam o suicídio se comparado ao público masculino. Nos achados dos 50 casos de tentativas de suicídio entre os anos de 2016 a julho de 2019<sup>6</sup> no citado município, 29 desses tem como vítimas as mulheres, ou seja, mais de 50% das tentativas de autocídio se concentram entre elas.

A realidade mostrou que são as mulheres o público mais acompanhado pelo APAS apresentando as maiores taxas de tentativa de suicídio, o que indica atenção para a enorme carga mental das mulheres produzida pela divisão sociosexual e racial do trabalho, mas também, pelos próprios valores e práticas sociais constituídos pelo patriarcado que as responsabilizam pela sobrevivência e o cuidado, em todos os aspectos, dos filhos e da família em geral. Além de outras situações encontradas no estudo como: desemprego; sobrecarga e múltipla jornada de trabalho; violência sexual; separação conjugal; situação de casamento forçado; dependência emocional e financeira de seus companheiros e família e traição de seus companheiros.

---

<sup>6</sup> Período que realizei a pesquisa no município de Iguatu-CE.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Essa realidade das mulheres Iguatuenses dialoga com os achados da pesquisa na Residência em Saúde Mental, pois são as mulheres a maioria do público atendido no serviço com depressão, crises de ansiedade e risco de suicídio, o que envolve ideação, planejamento e tentativa. E é nessa contextura, resultante da divisão sociosexual e racial do trabalho dentro da sociedade capitalista, em um cenário de acirramento da “questão social”, que o sofrimento psíquico e os determinantes para o suicídio em mulheres se apresentam. Uma conjuntura que se mostrou ainda mais complexa nessa última pesquisa, visto a presença da pandemia da Covid-19, sobretudo em um cenário de retrocessos em um governo, na figura do ex-presidente Jair Bolsonaro, de perfil misógino, machista, patriarcal e racista, que aprofundou as desigualdades de gênero.

A pesquisa de TCR proporcionou o contato com a história de vida de 12 mulheres que adentraram pela primeira vez o CAPS no contexto pandêmico em intenso sofrimento psicossocial e risco de suicídio. O cenário impactou de forma negativa nas condições de vida e saúde mental delas. As citadas mulheres têm entre 24 e 61 anos, são cisgênero, pretas e pardas, e heterossexuais. No tocante a escolaridade, quatro terminaram o ensino médio, seis não alcançaram essa formação, sendo que três delas, nem mesmo terminaram o ensino fundamental. Delas, quatro disseram ser solteiras, quatro casadas, três vivem em união estável e uma se encontra divorciada, sendo que nove delas têm filhas/os. No que se refere as suas profissões, elas disseram ser: agente comunitária de saúde, professora, cabeleireira, dona de casa, atendente, agricultora, promotora financeira, manicure, vendedora de roupas e perfume; marisqueira, fisioterapeuta e diarista. Sobre a sua ocupação a maioria destacou ser a extenuante sobrecarga de trabalho, um determinante de risco para o sofrimento psicossocial e o suicídio.

No diálogo com as entrevistadas do CAPS de Aracati acerca do que estava sendo mais difícil para elas na pandemia, responderam:

Tá difícil na pandemia mais a alimentação, tá sendo mais difícil, as coisas subiram bastante. (Íris)<sup>7</sup>.”

Ficar dentro de casa, porque eu saía muito. Fazia as unhas das minhas clientes. E também tem a minha bebê. Ela é muito nova, o pai não quer ficar, tenho que pedir a um e a outro pra olhar. (Calêndula).

Pra trabalhar. Fiquei meio perturbada pensando nos meninos em como ia trabalhar. Fiquei vivendo só do bolsa família mesmo. O pessoal não queria dar trabalho em suas casas, tinha medo por conta da Covid. Aí aquilo ali mexeu muito, né? (Tulipa).

---

<sup>7</sup> Decidi colocar nome de flores para as entrevistadas com o objetivo de garantir a privacidade delas e sigilo da pesquisa.

Eu comecei a ficar ansiosa porque antes da pandemia meu marido tinha sido desligado da empresa que trabalhava e eu comecei a ficar ansiosa porque via todo mundo perder o trabalho e ninguém ia dar trabalho a ninguém. [...] Tive os pensamentos suicidas. Eu pensava em ser livre, em voar. Tem hora que eu tô tão cansada que sinto vontade de se desligar. (Amarilis).

Essas mulheres trouxeram em suas falas o intenso sofrimento psíquico vivido e as suas angústias referentes a precarização do trabalho e ao desemprego sentido na pandemia por parentes e por elas. Um medo sempre presente que superava inclusive o de ser contaminada com o vírus da Covid-19. Fica explícito que elas seguem sendo responsáveis pelos seus lares e carregando uma enorme carga quanto à qualidade de vida e cuidado de filhas/os. São elas também que ainda deixam suas casas para cuidar de outrem em busca de melhores condições para sua família.

Nessa perspectiva a autora Passos (2023), destaca que na lógica capitalista as atividades feitas com o objetivo de atender as necessidades das pessoas “foram designadas para mulheres como componentes da “natureza” feminina, sem valor de troca e com status de atividade subalterna, posto que o seu objetivo é de possibilitar a reprodução dos modos de vida social.” E assim se instaurou nas relações societárias o “cuidado feminino” (p. 40).” Uma realidade que está sempre imposta para as mulheres e que determina o sofrimento delas.

Essa contextura que vai ao encontro do difícil acesso a uma renda que possibilite qualidade de vida e acesso aos seus direitos. Uma vivência que foi destacada por sete das entrevistadas que recebem até 1 salário-mínimo, sendo que a metade das entrevistadas declaram que a única renda da família é o Bolsa Família. Além disso, nove delas não tiveram acesso Auxílio Emergencial na pandemia. Um cenário repleto de dificuldades, algo percebido na fala da Rosa que recebeu o auxílio somente por 3/4 meses: “Senti dificuldade, as coisas tudo cara. Eu faço umas compras e fico devendo, aí nem paguei tudo, ainda falta metade.” Compromete também o seu tratamento no CAPS: “Continuo no CAPS. Pra vir arranjo dinheiro emprestado ao meu sobrinho pra pagar a passagem (Tulipa).” É nesse sentido que conforme Barroso e Gama (2020, p.86), a renda é um dos “responsáveis por colocar mulheres pobres no centro dos grupos possivelmente mais afetados pela pandemia do coronavírus.”

Na pergunta se “alguém ficou desempregado na pandemia”, Tulipa respondeu que ela ficou e que impactou direto na sua saúde mental/vida, visto a preocupação para pagar suas contas. Uma realidade mostrada em sua fala: “Fiquei quase perturbada. Não tinha dinheiro pra pagar as contas. Tinha uma senhora de Brasília que eu cuidava, mas ela foi embora. Isso aí



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mexeu com a gente. Isso aí tirou minha vontade de viver, não tinha dinheiro pra pagar água, luz... (Tulipa).” Essa é a realidade de Tulipa e de tantas outras mulheres, algo percebido, inclusive nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) quando traz que em março de 2020, no começo da quarentena no Brasil, 7 milhões de mulheres passaram a viver desempregadas, sendo que desse quantitativo várias deixaram os postos de trabalho para cuidar de familiares e tantas outras foram demitidas, um quantitativo que supera em 25% do total de homens em situação de desemprego (FONSECA; JORGE; SALIBA, 2021).

Já a Camélia sentiu a sobrecarga do desemprego do marido: “Meu companheiro ficou sem trabalhar. Fiquei muito preocupada com tudo, sobrecarga da parte que ficou só eu trabalhando pra pagar, água, luz e energia.” “Lá tem roçado, não tem mercantil com empregado não, é meio fraco onde a gente mora. Agora só vamos plantar ano que vem, porque não chove. A gente não colheu feijão, tudo é comprado, farinha, arroz, feijão. Eu ficava era nervosa com tudo isso.” (Rosa).

Ainda no tocante ao desemprego a Margarida respondeu que na pandemia ela e seu marido perderam o vínculo empregatício, e isso impactou em sua saúde mental/vida, inclusive pela dificuldade de sustentar a filha pequena. Realidade percebida em sua fala:

Ele era autônomo e tinha um negócio de personalizados de festas, brindes, e teve que fechar e nem recebeu auxílio emergencial. E eu fiquei desempregada. Aí voltei, não tá nem com dois meses que estou manhã e tarde na escola [...]. Estou em canoa quebrada desde abril, mas passei um ano desempregada. O período do ano passado eu estava de licença médica do estado em agosto de 2020 por conta da ansiedade, depressão por conta da mudança brusca de trabalho, né? Fui levando, levando, quando foi em agosto eu não aguentei mais. A demanda foi modificada e não fomos preparados e ainda por conta da pandemia não pude fazer perícia médica presencial e até hoje tá rolando, ainda tá em análise e aí vou colocar na justiça. No período em que eu estive muito ruim com relação a esse problema, a essa sequência de coisas, tive ansiedade e crises de pânico pelas expectativas, a ponto de querer fazer besteira comigo mesma, tive isso mais de uma vez. Cheguei a tentar o suicídio, mas não levei a diante não.

Além do desemprego se configurar como fator de risco para o sofrimento psicossocial, a ocupação em local de trabalho precarizado também ocupa esse patamar, algo que podemos ver na fala da Margarida. Nesse sentido, para Rodrigues e Alves (2010, *apud* MATOS, 2019):

a estabilidade laboral, tal como a satisfação no trabalho, estão relacionadas com melhores níveis de saúde e bem-estar. Ao invés, o desemprego está associado a maiores níveis de doença e mortalidade precoce. A insegurança laboral, o receio de perder o emprego e a consequente vulnerabilidade, associam-se a baixa auto-estima e a sentimentos de humilhação e desespero, especialmente em contextos de falta de suporte social, nos quais a situação de desemprego pode levar à carência dos bens essenciais, nomeadamente alimentação, para o próprio e para a sua família. Esta situação associa-se a elevadas taxas de ansiedade e depressão, bem como suicídio (p.28).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Na inagação sobre o aumento das atividades em casa na pandemia e se isso trouxe rebatimentos na sua saúde mental, Violeta responde que: “Eu acho que fez piorar. Fiquei mais ansiosa quando chegava em casa do trabalho pra fazer as coisas. Chegava ao ponto de não querer fazer, chegava estressada. Meu marido não ajuda.” Essa é a realidade de muitas mulheres, quando mesmo ao trabalhar fora de casa desempenham papéis domésticos sozinhas, o que traz sobrecarga de tarefas e conseqüentemente sofrimento, inclusive pelo fato de o trabalho doméstico não ter folga, nem férias.

Conforme a autora Saffioti (1987, p.50), “no seio da família, a dominação masculina pode ser observada em praticamente todas as atitudes. Ainda que a mulher trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe-lhe realizar todas as tarefas domésticas.” É nesse sentido que historicamente o âmbito doméstico foi destinado à mulher com um espaço “natural”, o que na verdade esconde a raiz do patriarcado e do machismo nessas relações entre homem e mulher.

Referente a pergunta: “como é lidar com o ensino remoto das/os filhas/os? Alguém lhe ajudou?” A Margarida destaca que: “Ninguém me ajudou e meu acompanhamento não é muito presente, não tenho tempo por conta do meu trabalho. Ela não entende nada, ela criou foi rejeição. (Margarida).”

Muitas mulheres já tinham como responsabilidade ensinar tarefas escolares em casa de filhas/os, entretanto na pandemia esse cenário se complexificou, sobretudo devido ao fechamento de escolas e creches e a sobrecarga de trabalho. Desse modo:

Diante de tantas mudanças no âmbito legislativo laboral e a suspensão de escolas e creches por causa do estado de calamidade pública, houve uma sobrecarga à mulher, especialmente as mães, diante da subjetividade de horas trabalhadas em *home office*, com elevação do grau de exigência com relação à produtividade e bom desempenho. Com os filhos em casa em tempo integral, é necessário um maior cuidado e atenção, principalmente por parte das mães que, culturalmente, estão mais interligadas ao cuidado de pessoas, ensino e afazeres domésticos. Tais situações apresentam como consequência a maior incidência de abandono dos postos de trabalho e o desemprego de inúmeras mulheres, as quais se viram, muitas, portanto, obrigadas a auxiliarem os filhos nas tarefas além de cuidarem deles durante o dia, tendo em vista que em tempos de pandemia as escolas e creches ficaram fechadas e, concomitantemente, tentarem se manter no emprego. (FONSECA; JORGE; SALIBA, 2021, p.144)

Na pergunta se “você divide a responsabilidade no cuidado de filhas/os?” Tulipa respondeu que “não” e trouxe em sua fala o peso da responsabilidade de cuidar sozinha dos seus dois filhos.

Tenho que pagar água, luz, internet, tudo pra eles estudarem. Eu passei um tempo com o pai de um, meu filho tinha 5 anos e o outro tinha 9, mas me separei, graças a Deus, foi a melhor coisa que eu fiz. Ele era agressivo. Hoje cuido só dos meus filhos, os pais não se responsabilizaram (Tulipa).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

É nesse sentido que Hirata e Kergoat (2007, p.604) elencam que, em uma perspectiva tradicional, são assumidos completamente pelas mulheres, o papel de cuidar da família e das atividades domésticas, sendo o papel de provedor do lar designado aos homens. Entretanto, hoje, “no ‘modelo de conciliação’: cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e profissional.” É assim que muitas mulheres vivem conforme Tulipa, com responsabilidade somente para si, dentro e fora do lar.

No tocante a ter contraído o vírus da Covid-19, Camélia respondeu que “sim”, mas que infelizmente não contou com ninguém para cuidar dela, e completa que mesmo doente teve que cuidar do marido. Assim ela traz que: “Se cuidei sozinha. Meu marido também precisava de cuidados. Cuidei de mim e dele com toda a dificuldade, mas foi isso.” Quanto a alguém da casa ter tido Covid, Tulipa respondeu que seu filho teve e ela que foi responsável pelo cuidado, mesmo tendo outros filhos para cuidar, pois não tinha mais ninguém para dividir essa e outras tarefas do cotidiano. Ela destaca que: “Quem teve foi meu filho mais velho, porque a mãe e a namorada dele pegaram. Quem cuidou dele fui eu. Eu levava sempre as coisas no quarto dele (Tulipa).” Desse modo, para Barroso e Gama (2020), o cuidado se coloca como essencial em tempos de crise sanitária e são as mulheres que além de ocuparem a linha de frente no combate ao coronavírus como profissionais de saúde, também estão realizando o trabalho “invisível”, desvalorizado e não-remunerado, ao cuidar de dos seus lares e familiares doentes.

Quanto aos impactos na sua saúde mental/vida das mulheres em decorrência do isolamento social, foi perceptível o cenário negativo:

Impactou no meu psicológico. Meu trabalho era intermitente em casa. Eu trabalhava o dia todo, não tinha fim. Ficava até uma hora da manhã e parecia não acabar e isso vai minando a mente da pessoa. A demanda era exacerbada, chegavam hoje e queriam as coisas pra ontem. Esse final de semana trabalhei em pleno domingo, passei o domingo quase todo em casa planejando pra dar aula na semana. (Margarida).

No relato de Margarida ficou perceptível a sobrecarga de trabalho sentida por ela, inclusive quando ela traz esse cenário acima atrelado aos afazeres domésticos e o quanto eles se misturavam constantemente, o que a deixava em grande sofrimento. Assim,

O *home office*, uma das consequências da pandemia, sobrecarregou a rotina de inúmeras mulheres, promovendo a junção das jornadas (laborativas, de cuidados de pessoas e afazeres domésticos) no âmbito privado, modificando a estrutura das relações de trabalho e tornando, por exemplo, subjetivo o limite de horas trabalhadas, o pagamento de adicional noturno, o grau de cobrança por produtividade, entre outros (FONSECA; JORGE; SALIBA, 2021, p.143).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

No que tange a ter sofrido violência na pandemia, Calêndula relatou ter sofrido dentro de casa violência psicológica e moral advindas do seu companheiro e conta que: “Quando eu usava droga ele dizia que eu era prostituta e que eu me prostituía pra comprar droga. Por isso discutimos.” Ao dialogar com ela para perceber como essa realidade impacta na sua saúde mental/vida, ela respondeu:

Me sinto muito mal porque não sou o que ele fala. Ele fala como se eu tivesse traído ele no passado sendo que eu nem estava com ele. Eu gosto dele, mas ele tem essas ignorâncias. Ele usa a droga dele e eu não falo nada. Quando fico ignorante não quero nem conversa com meus filhos. Não é de mim, é da minha cabeça. Ele não entende o que eu sinto. Fala que é só frescura. Aí tem muitas noites que eu choro de medo, quando eu estava com pânico de medo aí abraçava meus filhos, como se me protegesse. (Calêndula).

A Girassol conta que sofreu violência física, psicológica, sexual e moral no âmbito doméstico pelo ex-marido e traz os rebatimentos em sua saúde mental:

Eu dizia que não queria fazer sexo e mesmo assim ele queria fazer. Meus filhos presenciavam as agressões algumas vezes, principalmente quando ele quebrava as coisas. Meu filho chegou a ter crise e ficou tremendo na rede. [...] Tô há 1 ano morando com minha mãe e não tenho ânimo pra ir pra praia, pra canto nenhum. (Girassol).

Dessa forma, conforme Barroso e Gama (2020), um dos desafios vividos pelas mulheres no isolamento social, foi a violência doméstica e intrafamiliar. Um cenário que tomou grandes proporções sendo conhecido inclusive pelo jargão “a pandemia dentro da pandemia”. Uma contextura que mostra o quanto o lar não se configura como de proteção e segurança, mas sim de violação de vidas e de produção de sofrimento psíquico para o público feminino. Ao perguntar se “antes da pandemia você já sentia que precisava ser acompanhada no CAPS?”, a Dália traz que “antes eu já me sentia depressiva, mas tentei suicídio somente na pandemia. Dia 20 completa 1 ano que tentei tirar minha vida, 1 dia depois do meu aniversário. A depressão com a pandemia estourou tudo”.

É por esse contexto vivido pela Dália e pelas outras mulheres entrevistadas, que é possível destacar o quanto o público feminino sofre rebatimentos em sua vida/saúde mental em decorrência da divisão sociossexual e racial do trabalho, dentro do contexto de acirramento da “questão social” no período pandêmico. É válido destacar o quanto essa pesquisa de conclusão de Residência dialoga com a pesquisa do Trabalho de Conclusão da Graduação em Serviço Social por tudo que foi abordado até aqui. O que segue colocando em pauta o sofrimento psíquico



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

vivido pelas mulheres, que inclusive a levam ao risco de suicídio. Uma realidade que se coloca sempre na luz do dia, inclusive pelos impactos que seguem sendo sentidos por elas hoje.

Essa também é uma realidade observada no contexto pós-pandêmico, pois ao atuar como Assistente Social no CRAS de Alto Santo-CE, foi possível perceber que são elas, mulheres, sobretudo, negras, que seguem sendo o maior público que acessa o serviço com as mais diversas expressões da “questão social”, atreladas as desigualdades de gênero próprias da sociedade capitalista, apresentando inclusive o sofrimento psicossocial atrelado a esse cenário. No cotidiano do CRAS, chegam mulheres que não acessam a moradia, alimentação, água, terra, saneamento básico, renda, isto é, não possuem o básico para viver. Muitas têm como renda os benefícios de transferência de renda da política de Assistência Social; são mães solo; sofrem violência doméstica; possuem histórico de violência sexual; demonstram frequentemente o peso por serem as responsáveis por seus lares; a sobrecarga no cuidado das/os filhas/os e do trabalho doméstico não remunerado. Essas demandas vêm acompanhadas de sofrimento psicossocial expresso na depressão, ansiedade e risco de suicídio. Essa é uma contextura já sentida, que com a pesquisa de campo, que ainda está em curso, se apresentará de forma mais concreta. Por esse motivo essa temática segue sendo pesquisada no Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

### **Considerações finais**

A experiência como pesquisadora/profissional proporcionou perceber que o acirramento da “questão social”, atrelado a divisão sociosexual e racial do trabalho se colocam como determinantes para a produção do sofrimento psicossocial, assim como do risco de suicídio, vivido por mulheres. A pesquisa do TCC mostrou, com base na realidade das Iguatuenses, sobretudo negras, acompanhadas no APAS, o quanto são elas que se encontram na linha de frente de sustentação do sistema capitalista patriarcal, machista e racista e que as colocam em condições de violação dos seus trabalhos, seus corpos e suas vidas.

Ao chegar na realidade de Aracati-CE, de pronto foi perceptível que ela dialoga com a de Iguatu, ao perceber que são as mulheres que mais ocupavam, na pandemia, o CAPS. As demandas apresentadas de depressão, crise de ansiedade e risco de suicídio, mostravam a grande sobrecarga das mulheres, sobretudo negras, advindas das múltiplas jornadas de trabalho; do trabalho doméstico não remunerado; da violência doméstica; do cuidado contínuo com a família; do desemprego; do não acesso aos benefícios socioassistenciais; da responsabilização



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

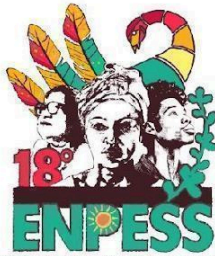
de mães solas com filhas/os e do trabalho em *home office*, que antes da pandemia já existia para as mulheres, só houve o seu adensamento.

Desse modo, se destaca a necessidade de dar prosseguimento, agora no Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, com a pesquisa acerca do sofrimento psicossocial das mulheres, sobretudo negras, visto que são elas que continuam a ocupar os equipamentos de saúde mental, de assistência social, de educação e da rede de proteção social como um todo. São elas também que seguem a sentir as sobrecargas das desigualdades de gênero, ao ocupar os espaços de trabalho mais precarizados, o trabalho doméstico com cuidados de seus familiares e sentem as mais variadas violências. Elas que também apresentam os maiores índices de depressão, crise de ansiedade e risco de suicídio. Elas que seguem a carregar a sociabilidade capitalista nas costas e que seguem sendo resistência.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; MATOS, Rachel Araujo. Produção Social do Suicídio e “questão social” na realidade de Iguatu (CE). **Argum.**, Vitória, v.12, n.2, p. 220-237, maio/ago.2020.
- BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. **A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil.** 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Mortalidade por suicídio e notificações de lesão autoprovocadas no Brasil. Boletim epidemiológico 33.** Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde, Volume 52. Set. 2021. Disponível em:<file:/ers/%C3%BAjo/Downloads/Boletim\_epidemiologico\_SVS\_33\_final.pdf.> Acesso em: 27 de Março de 2024
- CISNE, Mirla. **Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista,** 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588/17726>>. Acesso em 08 de Março de 2024.
- Hirata, Helena; Laborie, Françoise *et alii*. **Dicionário Crítico do Feminismo,** Editora UNESP, 2009.
- HIRATA; KERGOAT, Helena, Danièle. **Novas configurações para a divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v.37, n.32, p. 595-609, set/dez. 2007.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo. Temporalis. Revista** da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, ano II, n. 3, jan./jun. 2001
- JORGE, Camila; SALIBA, Graciane Rafisa; DA FONSECA, Bárbara Guimarães. Da sobrecarga de trabalho ao desemprego: os impactos da pandemia sobre a mulher que trabalha. **Cadernos de Direito,** v. 20, n. 38, p. 141-155, 2021.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

MATOS, Rachel Araujo de; ALBUQUERQUE, Cynthia Studart. “Questão social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia. **Revista Katálysis**, v. 26, p. 43-53, 2023.

MATOS, Rachel Araujo de. **Suicídio e “questão social”: uma análise do Ambulatório de Personalidade, Automutilação e Suicídio (APAS) do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS III de Iguatu-CE.** / Rachel Araujo de Matos. – 2019. 150 f. :il. color. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Instituto Federal do Ceará, Bacharelado em Serviço Social, Campus Iguatu, 2019.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito** da “Questão Social”. **Temporalis, Brasília**, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno crh**, v. 33, 2021.

OMS/OPAS. **Após 18 meses de pandemia de covid- 19, opas pede prioridade para prevenção ao suicídio.** 2018. Disponível em:<<https://www.paho.org/pt/noticias/9-9-2021-apos-18-meses-pandemia-covid-19-opas-pede-prioridade-para-prevencao-ao-suicidio>> Acesso em: 27 de Maio de 2024

PASSOS, Rachel Gouveia. **“Na mira do fuzil”: a saúde mental das mulheres negras em questão/** Rachel Gouveia Passos. – 1 ed. – São Paulo: Hucitec, 2023. 0 143 o.; 21 cm.- (Coleção Diálogos da Diáspora, 22).

RATTS, Alex (Org.). **Beatriz Nascimento: Uma história feita por mãos negras.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.